



VIII LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2001-2002)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE DEZEMBRO DE 2001

### Sessão Solene de Boas-Vindas a S. Ex.ª o Presidente da República de Itália, Carlo Azeglio Ciampi

Presidente: Ex.º Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.ªs Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Manuel Alves de Oliveira  
José Ernesto Figueira dos Reis  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

## SUMÁRIO

Às 16 horas e 50 minutos, e dando início à sessão solene de boas-vindas a Sua Excelência o Presidente da República de Itália (Carlo Azeglio Ciampi), entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos), o Presidente da República de Itália, o Ministro da Presidência e das Finanças em representação do Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Director do GAREPI, o Assessor Diplomático e o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e os Secretários do Protocolo do Estado.

No hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e de Secretários de Estado, os Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e do Supremo Tribunal Militar, os Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Armada, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, o Presidente da Comissão de Acesso aos

Documentos Administrativos, o Vice-Procurador Geral da República, o Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres, o Comandante Geral da GNR e o Vice-Governador Civil de Lisboa.

Encontravam-se ainda presentes, nas tribunas e galerias, o ex-Presidente da República Mário Soares, o Embaixador de Portugal em Roma e o Embaixador de Itália em Lisboa, elementos da comitiva do Presidente da República de Itália, membros do Corpo Diplomático e convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República de Itália tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos dos dois países.

A Câmara deu assentimento à viagem de carácter oficial do Sr. Presidente da República a França de 13 a 15 de Dezembro.

Seguiram-se os discursos do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República de Itália. A sessão foi encerrada eram 17 horas e 35 minutos, tendo sido, de novo, executados os hinos dos dois países pela Banda da Guarda Nacional Republicana.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República de Itália, Ilustres Autoridades, Srs. Convidados, Srs. Deputados, tenho a honra de declarar aberta esta sessão solene de boas-vindas a Sua Excelência o Presidente da República de Itália, Carlo Azeglio Ciampi.

*Eram 16 horas e 55 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Agostinho Moreira Gonçalves  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
Alberto Bernardes Costa  
Américo Jaime Afonso Pereira  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Maria Benavente da Silva Nuno  
António Alves Marques Júnior  
António Alves Martinho  
António de Almeida Santos  
António Fernandes da Silva Braga  
António Fernando Menezes Rodrigues  
António Manuel Dias Baptista  
António Manuel do Carmo Saleiro  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Carlos Alberto  
Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
Carlos Manuel Luís  
Eduarda Maria Castro de Sousa  
Eduardo Ribeiro Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando Pereira Serrasqueiro  
Filipe Mesquita Vital  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
Gil Tristão Cardoso de Freitas França  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
Helena Maria Mesquita Ribeiro  
Jamilia Barbara Madeira e Madeira  
João Alberto Martins Sobral  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Francisco Gomes Benavente  
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
Jorge Lação Costa  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
José Alberto Leal Fateixa Palmeiro  
José Aurélio da Silva Barros Moura  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos da Cruz Lavrador  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
José da Conceição Saraiva  
José de Matos Leitão  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José Ernesto Figueira dos Reis  
José Manuel Pires Epifânio  
José Miguel Marques Boquinhas  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Laurentino José Monteiro Castro Dias  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves  
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
Luiz Manuel Fagundes Duarte

Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Manuel Maria Diogo  
Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
Maria Luísa Silva Vasconcelos  
Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca  
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui do Nascimento Rabça Vieira  
Teresa Maria Neto Venda  
Victor Brito de Moura  
Victor Manuel Bento Baptista  
Vitor Manuel Alves Peixoto  
Victor Manuel Caio Roque  
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD):**

Adão José Fonseca Silva  
Ana Maria Martins Narciso  
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
António d'Orey Capucho  
António Manuel da Cruz Silva  
António Manuel Santana Abelha  
António Paulo Martins Pereira Coelho  
Armando Manuel Dinis Vieira  
Arménio dos Santos  
Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Carlos José das Neves Martins  
Carlos Parente Antunes  
Domingos Duarte Lima  
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
Feliciano José Barreiras Duarte  
Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara  
Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
Fernando Santos Pereira  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Monteiro Chaves  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves  
Hugo José Teixeira Velosa  
João Bosco Soares Mota Amaral  
João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
João José da Silva Maças  
Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
José António de Sousa e Silva  
José David Gomes Justino

José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Sérgio André da Costa Vieira

#### Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
 Ana Margarida Lopes Botelho  
 António Filipe Gaião Rodrigues  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Bruno Ramos Dias  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Partido Popular (CDS-PP):

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 Luís José de Mello e Castro Guedes  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

#### Bloco de Esquerda (BE):

Fernando José Mendes Rosas  
 Francisco Anacleto Louçã

#### Deputado Independente:

José Daniel Rosas Campelo da Rocha

O Sr. Presidente: — Peço licença a todos, como já pedi a Sua Excelência o Presidente da República de Itália, para começarmos por um pequeno e breve acto formal.

Srs. Deputados, vou dar-vos conta de um parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, que é do seguinte teor: «A Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de Sua Excelência o Presidente da República, relativa à sua deslocação a Paris entre os dias 13 e 15 de Dezembro, apresenta ao Plenário a seguinte proposta de resolução: “A Assembleia da República, de acordo com as disposições constitucionais aplicáveis, dá o assentimento nos termos em que é requerido”.»

Vamos votar o parecer e proposta de resolução.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos agora, sim, dar início a esta sessão memorável em homenagem a Sua Excelência o Presidente da República de Itália, Carlo Azeglio Ciampi.

*A Banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos nacionais dos dois países.*

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República de Itália, Sr. Ministro da Presidência e das Finanças, em representação do Sr. Primeiro-Ministro, e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Representantes Diplomáticos, Sr. Ex-Presidente da República, Dr. Mário Soares, Excelências, Demais Autoridades Políticas, Judiciais, Cíveis e Militares, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Sr. Presidente da República de Itália, o Plenário da Assembleia da República reúne hoje, em plena campanha eleitoral para as eleições autárquicas, expressamente para ter a honra de receber e ouvir Vossa Excelência.

Contam-se pelos dedos, no quarto de século que leva de vida o regime democrático posterior à Revolução de Abril, os Chefes de Estado estrangeiros convidados a usar da palavra perante os legítimos representantes do Povo Português.

Temos sido avaros no uso dessa prerrogativa, para que ela possa preservar o alto significado que, em cerimónias como esta, desejamos atribuir-lhe.

Vossa Excelência é, não apenas bem-vindo ao Parlamento português, mas nele recebido como um amigo de Portugal e como uma referência política e humana da Europa do século nascente.

Curiosamente, um dos primeiros, se não o primeiro, Chefes de Estado a ser aqui recebido e a usar da palavra perante nós foi o Presidente Sandro Pertini, que nos deu a honra de aqui fazer um discurso verdadeiramente notável, em 23 de Outubro de 1981, quando Portugal era apenas candidato às então Comunidades Europeias, e das quais, com a sua entusiástica ajuda, passaria a ser membro.

Fez, perante nós, como disse, um discurso tão esperançoso e tão repassado de juventude que difícil se tornou acreditar em que o ilustre orador de então já por quatro vezes tinha ultrapassado a barreira dos vinte anos!

Éramos então um Parlamento jovem, ainda imbuído do pensamento utópico que presidiu aos acertos e desacertos da embriaguês da liberdade conquistada.

Disse, nessa altura, *inter allia*: «Sem liberdade não existe democracia; e sem democracia não existe liberdade» (...) «não pode existir liberdade sem justiça social, tal como não pode existir justiça social sem liberdade» (...) «num sistema democrático, a oposição é necessária» (...). Disse ainda: «enquanto cada vez mais se adensam as nuvens no panorama do Mundo, e a violência, a fome, a supressão das liberdades políticas e sindicais, a tortura, o preconceito e o assassinio político infelizmente prosperam ainda em tantos pontos do planeta, deverão os países europeus democráticos, auxiliados pelos parlamentos livres, fazer ouvir, forte e nítida, a sua voz, nas sedes internacionais, em defesa dos desprotegidos...».

Essas e outras reflexões terão tido a sua génese na sua cela da prisão de Santo Stefano, onde o regime fascista o havia encarcerado — reparem só — para cumprir pena de prisão perpétua!

Por mais que, com o tempo, as invocadas afirmações se tenham convertido em quase lugares comuns, à época soaram aos nossos ouvidos como música de Natal! Infelizmente ainda se não converteram em realidades comuns.

Pode assim Vossa Excelência imaginar com que honra e com que expectativa nos preparamos para ouvir o que tem a dizer-nos. Vem Vossa Excelência precedido de um percurso profissional e político de luxo. Licenciado em Letras e em Direito, corredor de fundo da carreira bancária, até à meta olímpica do governo do Banco de Itália; Ministro do Tesouro, do Orçamento e da Programação Económica; Presidente do Conselho de Ministros; figura de proa de muitos altos cargos da cena política internacional; enfim, Presidente da República de Itália, zimbório mais alto do edifício do prestígio e do poder.

Nesse percurso brilhante foi deixando a impressão digital da sua personalidade, da sua inconformidade e do seu espírito reformista. Vossa Excelência é hoje, não apenas para a Itália, mas para a Europa e para o Mundo democrático e livre, uma referência tão incontornável como os valores e direitos fundamentais a que devotou todas as horas da vida e da alma!

Bem haja por ter aceitado visitar-nos e dirigir-nos a palavra. Está numa Casa da democracia, logo numa Casa que também é sua.

Portugal e a Itália são países irmãos. É a mesma a sua matriz civilizacional. A história juntou-nos em tantas aventuras, que as nossas tão ricas identidades se tocam e se cruzam. As nossas línguas, tendo tido uma origem comum, autonomizaram-se sem de todo se separarem. A fronteira que as demarca é facilmente transponível — ainda há pouco dei por mim a falar em italiano, e não imaginam que italiano falei! E a nossa civilização, tão tributária da brilhante civilização romana — na língua, na retórica, no direito, nas instituições, nos valores e até nos comportamentos — irmana-nos mais do que nos separa. Por curiosa coincidência, consegue até ser a mais acentuada, entre as de todos os países latinos, a nossa similitude morfológica. O português-tipo ou abre a boca e se identifica pela língua ou passa por italiano, e vice-versa.

Este é o resultado do fabuloso império e da brilhante civilização romana. Tão rica e tão irradiante de luz, que cobriu uma das mais vastas áreas hegemónicas de sempre! Na minha aldeia remota da Serra da Estrela, a atravessar um pequeno rio — que por ser o rio da minha aldeia é

o mais belo do Mundo (Sá, Fernando Pessoa!) —, os romanos deixaram uma ponte de granito por onde ainda hoje se passa. Talvez para facilitar o acesso dos carros de assalto aos picos da Estrela, onde os lusitanos de Viriato, e depois de Sertório, tiveram o desprante de resistir ao poderoso e temeroso exército romano. E talvez não! Os romanos construíram por toda a parte (como em Portugal e no norte de África), e sempre para a eternidade!

Que uma tal civilização tenha podido sossobrar convidando-nos a rever pressuposições sedutoras sobre a durabilidade da nossa actual civilização.

Mais modernamente, a cultura e a arte italianas impregnaram as nossas. Dante e Petrarca, Miguel Ângelo ou Rafael não foram um exclusivo da Itália. Conquistaram mais espaço, e por mais tempo, do que o próprio César. Mesmo Camões, um dos maiores e mais originais poetas épicos e líricos da literatura universal, poetou segundo Petrarca.

Apesar disso, os portugueses, na era de quinhentos, pobres e poucos, conseguiram disputar à Itália o monopólio do comércio mundial de então. Arredondámos o Mundo, aliás em cooperação — foram italianos e portugueses que começaram a globalização de agora. Desbravámos os caminhos do mar e neles semeámos fortalezas. Por cerca de um século, por milagre da nossa tecnologia de ponta na arte de marear, do avanço da nossa construção naval, do metal dos nossos canhões, e da tempera do nosso arrojado, dominámos os mares, até à China e ao Japão.

Até na grandeza Portugal e a Itália puderam ser assim grandes entre os maiores.

O tempo rolou e, já próximo de nós, ainda nos havia de caber o destino comum de duas ditaduras fascistas. Salazar em Portugal e Mussolini em Itália, com direito a retrato sobre a mesa do ditador português, oprimiram e tentaram desvertebrar os nossos povos. Foram vencidos. Mas o equilíbrio instável da guerra fria viria a prorrogar Salazar e Franco enquanto baluartes peninsulares do anticomunismo americano.

Foi precisa uma revolução — surpreendentemente sem sangue, a não ser o da cor dos cravos — para que Portugal sacudisse o jugo semi-secular que o asfixiava.

O contencioso colonial português, a duras penas, foi encerrado. E após sucessos de boa e má memória, lográmos aprovar uma Constituição e instituir um regime de democracia parlamentar, a caminho do Estado de Direito que hoje somos.

Criámos assim os pressupostos políticos, e depois os económicos, necessários à nossa candidatura às então Comunidades Europeias, onde entrámos de braço dado com a vizinha Espanha. Aí encontrámos já, como membro fundador, a República de Itália, que abençoou a nossa adesão como acto promissor de uma Europa mais alargada e mais unida. O projecto de novos alargamentos continua. E não menos de novos reforços da coesão europeia.

Já vamos numa União com significativos avanços de sentido federalizante, por mais que essa evidência se esconda, ou mesmo se recuse. O Pai Natal porá em breve no sapato dos defensores de um projecto europeu cada vez mais coeso a prenda inestimável da moeda única. Representará um salto qualitativo colossal, de cujo alcance poucos ainda se terão apercebido. E o Sr. Bin Laden encarregou-se de acentuar, a golpes de maldade e de loucura, a imprescindibilidade e a urgência de novas políticas comuns de relações exteriores e de segurança, esta a desaguar num sistema defensivo europeu eficaz e único.

Mais: a necessidade e a premência de um espaço único europeu de segurança e de justiça, que nos permita ultrapassar as limitações nacionais que hoje nos travam para o combate ao crime organizado, de que o terrorismo é apenas a face mais visível.

Se algo se pode concluir dos graves acontecimentos de 11 de Setembro é que precisamos de reforçar a nossa atenção aos problemas do Mundo Moderno, a nossa capacidade de previsão das ameaças que nos espreitam e de resposta aos novos inimigos da nossa civilização que nos constroem.

De repente, ficou provado que os mais fortes podem ser vulneráveis e que os mais fracos, desde que fanáticos, podem tornar-se surpreendentemente perigosos e até fortes.

Temos de supranacionalizar, coordenando as nossas respostas preventivas e repressivas, novas formas de combate a novos inimigos imunes aos mísseis, aos porta-aviões e até às armas atómicas do arsenal do passado.

É aí que surge a necessidade de instrumentos como o Tribunal Penal Internacional. Confio na sua breve entrada em funcionamento e na sua ratificação para um crescente número de países. Portugal vai ratificá-lo em breve. Por isso, não posso compreender que países democráticos e livres como os Estados Unidos da América, pretensos campeões da defesa dos Direitos Humanos, se tenham recusado a ratificar o respectivo tratado, depois de o terem assinado. Pior ainda: que, ao participarem na sua discussão, tenham influenciado a exclusão da esfera das suas competências dos tráficos ilícitos e do terrorismo de que viriam a ser vítimas.

Se alguém compreende que esses crimes tenham sido excluídos da esfera dos crimes contra a Humanidade, que o Tribunal Penal Internacional se destina a julgar e combater, eu não! Recuso-me! Não me pauto por interesses nem em nome deles vendo a alma ao diabo!

Mas os Estados Unidos da América foram ainda mais longe e visam proibir, se é que não proibiram já, que cidadãos seus possam ser julgados, fora do seu território, pelo Tribunal Penal Internacional ou por qualquer outro, por mais grave que seja o seu crime contra a Humanidade.

São atitudes como esta que tornam perigosas concessões a pretensões hegemónicas, venham elas de onde vierem. E são acontecimentos destes que tornam cada vez mais necessário, e inadiável, o pau de fileira do edifício da construção de uma Europa dos valores e não dos interesses, dos Direitos Humanos e não da sua mera proclamação.

Os Direitos Humanos não se destinam a ser usados na lapela ou à satisfação de vaidades. São o novo «evangelho» da nossa civilização, e temos de criar condições para, sempre que necessário, nos batermos por eles.

Sr. Presidente da República de Itália, entre os nossos países não há questões a dirimir nem interesses a nos separar.

O Mundo Moderno mudou tanto, nas últimas décadas, em resultado das novas tecnologias, que só por cegueira ou teimosia poderíamos continuar a pensar e a agir como se fosse o mesmo. Não é. E não sendo, não podem continuar a ser os mesmos, ou pouco menos, as instituições e os modelos que nos regem.

Fechar os olhos à população que explode; à ultrapassagem de limites naturais de que depende a vida; à expansão da pobreza que ameaça; ao acumular da injustiça social que apavora, é encomendar rupturas onde eram possíveis reformas. É convocar os demónios da catástrofe

quando eram possíveis apelos ao entendimento, à cooperação e à paz.

Quando me faço arauto destas e outras premonições, penso, em regra, que sou pessimista. Uma pergunta inocente: continuarei a sê-lo depois de 11 de Setembro?

Uma coisa eu sei: as soluções possíveis passam por homens como Vossa Excelência. E por visitas como esta!

Que possa ter frutuosas conversações com os mais altos responsáveis portugueses. E que a beleza do nosso País e a simpatia instintiva do nosso Povo o tragam mais vezes a Portugal.

Vossa Excelência e a Senhora Ciampi, a quem respeitosamente saúdo, serão sempre bem recebidos neste pequeno céu que Portugal ainda é.

*Aplausos gerais.*

Tenho a suprema honra de conceder a palavra a Sua Excelência o Presidente da República de Itália.

O Sr. Presidente da República de Itália (Carlo Azeglio Ciampi): — Sr. Presidente Almeida Santos, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Deputados, Autoridades Políticas, Cíveis e Militares, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Embaixadores, Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Desejo agradecer as suas palavras e o caloroso acolhimento desta Assembleia que V. Ex.<sup>a</sup> dirige, com autoridade e prestígio, desde a passada Legislatura.

Itália e Portugal possuem instituições parlamentares dignas de respeito e consolidadas na consciência popular. As mesmas exprimem, segundo as regras definidas pelas nossas respectivas Constituições, as aspirações de progresso civil e económico dos cidadãos.

As nossas Constituições são guardiãs do princípio da divisão dos poderes, que, nos ordenamentos modernos, exige a colaboração, na recíproca autonomia, de todos os poderes do Estado e permanece insuperável baluarte dos valores de liberdade e de democracia das nações.

Estou aqui, em Lisboa, na véspera de um Conselho Europeu que deve assinalar uma viragem histórica para a Europa e verificar a vontade política de chegar a metas mais ambiciosas.

Nas vésperas da circulação do euro, estou convencido de que a moeda única induzirá os Estados a coordenar as respectivas políticas económicas e sociais de maneira incisiva até chegar à realização de um governo comum da economia.

Para países como Itália e Portugal, que conheceram os perigos e os custos das crises monetárias int europeias, a criação de uma zona de estabilidade monetária na Europa é um progresso sem precedentes.

Com a própria identidade consolidada pela moeda comum, a Europa não se pode dar por satisfeita. Os acontecimentos dramáticos que o mundo está a viver tornam mais urgente a exigência de acelerar o processo para uma maior unidade.

Como sucedeu noutros momentos do processo unitário europeu, o reforço da unidade realiza-se ao consentir-se que o impulso dos Estados intencionados e mais maduros de avançar na integração se traduza em realidade.

O choque que a 11 de Setembro se propagou de Nova Iorque e Washington a todos os cantos do planeta fez aumentar a consciência dos problemas do mundo de hoje: da pobreza dos povos de vastas áreas de degradação ambiental, da ameaça latente das armas de destruição de massas ao espectro de uma recessão global.

Defendemos com rapidez e determinação as árduas conquistas de civilização e de legalidade consagradas na Carta das Nações Unidas e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Enganou-se quem pensava encontrar um Ocidente fraco e sem ténpera moral e uma comunidade internacional dividida. Enganou-se quem apostava no conflito de religiões e de civilizações.

Ainda é demasiado cedo para fazer o balanço desta primeira fase da luta contra o terrorismo. A acção para o erradicar, em toda parte, será longa e complexa.

Já se alcançou um primeiro sucesso: a intervenção militar dos Estados Unidos libertou o Afeganistão do jugo de um regime bárbaro. Após a eliminação dos elementos terroristas ainda presentes no território afegão, caberá a um governo de unidade nacional, representativo de todas as componentes do país, restabelecer uma paz verdadeira, no respeito dos direitos humanos. É a profunda aspiração de toda a população e dos milhões de refugiados no estrangeiro. A conferência de Bona foi um passo importante para reencontrar o consenso nacional, a segurança e a estabilidade.

A comunidade internacional, que foi compelida a usar as armas, está pronta a apoiar os esforços pela paz; deverá ser generosa no empenho humanitário a favor do povo afegão e dos refugiados e na assistência à reconstrução.

As Nações Unidas, a União Europeia e a NATO assumiram responsabilidades de primeiro plano. Um Afeganistão pacificado será a melhor garantia de segurança para os países limítrofes e de estabilidade para a região.

A luta contra o terrorismo está a corroborar a capacidade de consenso e a própria operacionalidade das Nações Unidas. Aproximou o Ocidente da quase totalidade dos países muçulmanos. Criou novas ligações entre a Rússia, a Europa e a América. Ampliou a colaboração com a China. Contribuiu, indirectamente, para o relançar da liberalização comercial em Doha.

Sr. Presidente, Portugal e Itália são postos avançados da Europa. Os nossos antepassados aventuraram-se sem temor rumo a terras longínquas.

Nomes portugueses e italianos, de Colombo a Vespúcio, de Cabral a Magalhães, assinalam o início da era moderna com a abertura das fronteiras do Velho Mundo.

Enfrentemos a nova geografia internacional do terceiro milénio com o espírito e a imaginação dos navegadores, dos comerciantes e dos governantes das Repúblicas Marítimas Italianas, de D. Henrique, o Navegador, e de D. Manuel I, em Portugal.

Aqueles antepassados receberam a ordem de se aventurarem bem para além do horizonte das terras em tempos conhecidas; enfrentaram o ignoto, muitas vezes juntos. No Brasil, sobre as raízes portuguesas, implantou-se e prospera uma importante comunidade italiana. Hoje trabalhamos conjuntamente para a paz e o desenvolvimento em Moçambique, em Angola e para fazer frente à emergência em Timor Leste. Admiramos o esforço prolongado de Portugal na assistência ao novo Estado timorense no caminho da independência.

O Mediterrâneo e o Atlântico estão unidos por uma densa trama de laços. Esta compenetração faz da Itália um membro fundamental da Aliança Atlântica, por sua vez eficientemente projectada no Mediterrâneo e, juntamente com Portugal, nos Balcãs.

Orgulhosos das respectivas culturas expressas na riqueza da língua, no dinamismo da economia, no florescer das cidades, nós, portugueses e italianos, não renunciámos certamente às nossas antigas civilizações.

Os crescentes segmentos de soberania postos em comum não diminuem o papel essencial dos Estados. Simultaneamente, a causa europeia merece o melhor de nós mesmos: não regozijo pelos resultados obtidos, mas sagacidade e paixão ao olharmos para aqueles que queremos obter.

Para Itália e Portugal a integração europeia representou um salto de qualidade. A sociedade civil, o sistema produtivo, as infra-estruturas e a administração do Estado recebem os benefícios. Dentro de poucas semanas a moeda única reforçará ainda mais o sentimento dos cidadãos europeus de pertencer a uma comunidade.

Tudo o que era aposta audaz tornou-se aposta vitoriosa. Sê-lo-á também nas próximas etapas: a convenção, a conferência, o alargamento, a Constituição europeia.

O alargamento incrementa a centralidade e as responsabilidades da Europa. A União alargada e unida na política externa e de segurança torna-se um pilar dos equilíbrios mundiais.

Contamos com a vontade de participação, de coesão e de solidariedade por parte dos países candidatos. A União não foi construída com base na soma aritmética dos interesses nacionais, mas sim no valor acrescentado e inovador dos interesses e dos valores europeus.

A Europa contará no mundo quanto mais conseguir fundir os esforços de cada um numa acção unitária: económica, política, humanitária, de segurança e de defesa. Uma Europa sem classificações ou hierarquias dos membros, mas que abra novos espaços àqueles Estados que tencionam progredir mais rapidamente na integração em novos campos.

Acredito que o esforço combinado do impulso do Conselho Europeu e da orientação da Comissão, como expressão de um interesse colectivo europeu, darão coerência à representação eterna da União.

Sr. Presidente, a procura de Europa difunde-se porque o resto do mundo compreendeu bem, sobretudo depois da introdução do euro, que a unidade europeia aponta um exemplo para todos os povos, um modelo de reconciliação histórica e de progresso comum de países que hoje são irmãos, mas que no passado não remoto foram inimigos.

Numa realidade internacional instável e dominada por desafios que envolvem todos os Estados, quem soube construir apresenta-se imediatamente como exemplo, como ponto de referência obrigatório.

Não se devem desatender as expectativas concernentes à tomada de responsabilidades e à comparticipação de encargos; o mundo julgar-nos-á pelos nossos resultados. Numa Europa debruçada para o Norte de África e o Médio Oriente, parte de uma mais ampla comunidade atlântica, Portugal e Itália tornam-se eixo e charneira de novas iniciativas.

A NATO olha com crescente confiança para o próprio papel de defesa e de segurança, que continua a ser essencial no continente, e assume uma nova, indispensável dimensão na luta contra o terrorismo. Possui potencialidades operacionais, organizativas e logísticas sem par, também para responder às emergências internacionais.

A NATO encara um novo, inovador capítulo nas relações com Moscovo. A Rússia, grande país europeu com o qual a qualidade das relações cresce de continuo, tem demonstrado, com os factos, fazer e querer fazer parte do Ocidente.

No Médio Oriente estamos a viver o dramático agravamento da tragédia de dois povos. As terríveis violências



dos últimos dias intensificam a angústia. Os terroristas querem atingir de forma implacável o processo de paz. A minha única esperança é que, na tragédia, israelitas e palestinos neguem a vitória aos terroristas com a extraordinária coragem da paz.

O plano Mitchell foi aceite por ambas as partes. Chegou a hora de o pôr em prática com coerência: através de actos e não apenas de declarações. A violência e a exortação à violência devem cessar. Apelo ao Presidente Arafat e à Autoridade Palestiniana para que ponham termo à intifada. Todos compreendemos a dor e a raiva de Israel. Mas seria um trágico erro se estes sentimentos levassem o governo israelita a destruir a possibilidade de reabrir o diálogo com um interlocutor válido.

*Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do Deputado independente Daniel Campelo.*

Violência e retaliação conduziram israelitas e palestinos a um beco sem saída. Israel e a Autoridade Palestiniana estão hoje à beira de uma guerra de desespero, que não teria vencedores nem vencidos. Ainda vão a tempo de fazer valer, através de negociações e não do uso das armas, as legítimas exigências de cada uma: segurança para Israel, Estado palestino, fronteiras definidas e reconhecidas, renúncia explícita à violência.

Estamos prontos para usar toda a nossa influência. Europa e Estados Unidos estão a exercer a máxima pressão para um cessar fogo improrrogável e para retomar a via do diálogo. Estamos prontos a assegurar uma presença internacional no território.

Os cidadãos de Israel e da Palestina apelam à paz, à segurança e à estabilidade. Que os seus governantes dêem ouvidos ao seu apelo mudo.

Sr. Presidente, a nossa visão de empenho no mundo, nacional e europeu, é de amplo fôlego.

Antes de mais, o mundo muçulmano. O universo islâmico abrange uma comunidade de 56 Estados e de um quinto da Humanidade, uma faixa de povos que se estende dos nossos mares até ao oceano Índico, uma variedade de culturas e de nações, de grandes recursos naturais e de vibrantes economias. As comunidades muçulmanas são minorias históricas e vitais na Rússia, na Índia, na China, são uma presença importante na União Europeia e nos Estados Unidos.

É imprescindível derrotar o terrorismo e o fundamentalismo intolerante que o alimenta; mas também é imprescindível não criar uma fractura disfarçada sob o pretexto de guerra de religião.

Era o que os terroristas queriam: não o conseguiram e esta é a primeira verdadeira derrota que sofreram.

O Ocidente e mundo islâmico têm consciência de que os interesses recíprocos — de estabilidade, bom governo, crescimento, desenvolvimento social — estão na base de uma colaboração duradoura e profícua para uma convivência serena, baseada no respeito recíproco, no diálogo.

A África é um vasto continente, em grande parte a margem da globalização económica e da liberalização das trocas. Cabe-nos, a nós e aos amigos africanos, quebrar o círculo vicioso de egoísmos e pobreza e não nos eximir às responsabilidades da colaboração.

Em Julho passado, os líderes do continente aprovaram, em Lusaka, a Nova Iniciativa Africana, promessa de uma verdadeira e igual participação de responsabilidades. Em Génova, o G8 deu uma resposta positiva. Já em Abril

de 2000, sob a Presidência portuguesa, a União Europeia tinha iniciado uma relação orgânica com a União Africana.

Os próprios africanos nos propõem um pacto de "parceria com empenhos recíprocos e princípios compartilhados: democracia, direitos humanos, bom governo, economia de mercado, Estado de direito. Pela nossa parte, a prioridade de intervenções vai para a instrução, a formação, a saúde, o ambiente.

A África toca uma corda particularmente sensível na consciência italiana e portuguesa. Ambos temos uma associação histórica, uma proximidade, não só geográfica, com os povos africanos, uma relação de longa data, que passou por diversas vicissitudes, por vezes infaustas, mas nunca pela indiferença.

É com este espírito que estarei, dentro de três meses, na África do Sul e em Moçambique, país onde Vossa Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, viveu diversos anos, onde a Itália se orgulha de ter uma presença desinteressada e que celebra, em 2002, o décimo aniversário da paz de Roma.

Portugal e Itália sentem com energia o apelo da latinidade, dos laços de sangue, de língua e de cultura.

Nos últimos 18 meses, visitei o Brasil, o Uruguai e a Argentina. Encontrei em toda a parte um desejo genuíno de infundir nova linfa nos laços com as nações europeias.

A União Europeia entabulou um diálogo com o continente e com o MERCOSUL que suscitou expectativas e a promessa de um salto de qualidade nas relações económicas e comerciais. O único modo para não fazer esperar indeterminadamente a América Latina é definir as prioridades, concentrando-se nas realizáveis e, sobretudo, levando-as a cabo. A próxima cimeira euro-latino-americana realizar-se-á em Madrid, durante a Primavera. Acredito que os tempos estão maduros para abordar, sem prorrogações, a questão da liberalização comercial e do acesso aos mercados com base na reciprocidade.

Sr. Presidente, as aspirações profundas dos povos são frequentemente interpretadas pela fantasia dos artistas. O génio de José Saramago imagina o afastamento da Península Ibérica dos Pirenéus numa solitária deriva rumo a outras terras.

No futuro que começamos a desenhar há, ao contrário, a viagem para as costas africanas e americanas. Mas essa viagem não será uma deriva. Portugal não estará sozinho. A Itália tem respeito e admiração pela vossa História e pela vossa capacidade de iniciativa na Europa e no mundo.

A viagem que toda a Europa realizará será uma navegação com uma rota e com um porto de abrigo.

Os mortais não podem conhecer o futuro que os espera: as inseguranças presentes tornam ainda mais difícil perscrutá-lo. Contemos, contudo, com o valor e o temperamento dos homens do nosso glorioso continente, com a consciência de ter de agir com rapidez e decisão, com a vontade de fazer definitivamente da Europa um protagonista influente da comunidade internacional.

*Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do Deputado independente Daniel Campelo.*

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República de Itália, em meu nome e no dos Srs. Deputados da Assembleia da República, quero, mais uma vez, expressar a Vossa Ex.<sup>a</sup> os nossos agradecimentos sinceros pela honra que nos deu visitando-nos e, sobretudo, pelo prazer que acaba de nos dar através desta sua comunicação tão importante.

Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

*A Banda da Guarda Nacional Republicana executou, de novo, os hinos nacionais dos dois países.*

*Aplausos gerais, de pé.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

*Partido Socialista (PS):*

António Bento da Silva Galamba  
António Fernando Marques Ribeiro Reis  
António José Gavino Paixão  
Carlos Alberto Dias dos Santos  
Carlos Manuel Carvalho Cunha  
Casimiro Francisco Ramos  
Cláudio Ramos Monteiro  
Fernando Manuel dos Santos Gomes  
Fernando Ribeiro Moniz  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
Isabel Maria dos Santos Barata  
João Pedro da Silva Correia  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
José Manuel Rosa do Egipto  
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
Luísa Pinheiro Portugal  
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Rui Manuel Leal Marqueiro  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

*Partido Social Democrata (PSD):*

Álvaro dos Santos Amaro  
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
Armindo Telmo Antunes Ferreira  
Artur Ryder Torres Pereira  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
David Jorge Mascarenhas dos Santos  
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
José de Almeida Cesário  
José Manuel Durão Barroso  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Manuel Joaquim Barata Frexes  
Mário Patinha Antão  
Pedro Augusto Cunha Pinto  
Pedro Manuel Cruz Roseta  
Pedro Miguel de Santana Lopes  
Rui Fernando da Silva Rio  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

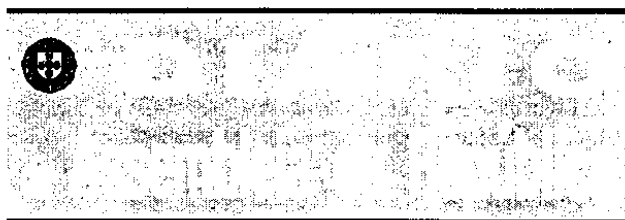
*Partido Comunista Português (PCP):*

António João Rodeia Machado  
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
Maria Luísa Raimundo Mesquita

*Partido Popular (CDS-PP):*

António de Magalhães Pires de Lima  
José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
Luís Miguel Capão Filipe  
Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05/10\$00 (TVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (TVA INCLUÍDO 5%)

€ 0,40 — 80\$00